

LEI Nº 345, de 2 de outubro de 2002.

Estabelece os critérios para as pessoas portadoras de deficiências usufruírem a gratuidade de tarifas no transporte coletivo urbano de São José dos Pinhais.

A Câmara Municipal de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para ter direito à gratuidade de tarifas para o uso do transporte coletivo urbano de São José dos Pinhais, de que trata a Lei nº 210, de 04 de setembro de 2001, o Poder Executivo, através da Secretaria Municipal da Promoção Social, realizará um cadastramento para a concessão de “carteirinhas” para as pessoas carentes, portadoras de deficiência física, mental, auditiva ou visual, desde que satisfeitos os seguintes requisitos:

- a) declaração emitida pela Instituição especializada que atenda ao deficiente e informe sobre o tipo de deficiência e de suas carências econômicas, acrescido de comprovante de renda familiar e se o mesmo pode ou não se descolar sem acompanhante;
- b) atestado médico especificando o tipo de deficiência.

Parágrafo único. No caso da pessoa portadora de deficiência não se utilizar de qualquer instituição especializada, bastará a mesma comprovar sua renda familiar.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se em disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, 2 de outubro de 2002.

Luiz Carlos Setim
Prefeito Municipal

Neide Maria Ferraz Setim
Secretária Municipal de Promoção Social